

Telejornalismo: poder, discurso e enquadramento na prática social

Luis Gustavo VARELA¹

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Propomos neste artigo uma reflexão teórica sobre o telejornalismo e sua relevância para as pesquisas de concentração na área. A vocação de traduzir a realidade para as câmeras em rotinas diárias ultrapassa o uso da linguagem coloquial e exercita uma prática intelectual constante: mostrar e significar o acontecimento. A notícia em telejornalismo recebe simbolismos que compõem discursos capazes de sensibilizar a audiência. No entanto, a singularidade do fato produz enquadramentos que resultam em práticas discursivas e sociais que exerce poder na estrutura das sociedades. A partir de referências como Weber (2016), Hall et al (2016) e Porcello e Gadret (2010) discutiremos elementos em torno de discurso, enquadramento e poder que nos apontam uma prática social e jornalística capazes de indicar que as formas estruturadas do telejornalismo dificilmente são visíveis como construções ideológicas.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo; discurso; enquadramento; poder; sentidos.

INTRODUÇÃO

Passou a ser um desafio cada vez maior levar ao ar um telejornal diário que dê conta de significar os fatos mais importantes do dia com profundidade, competindo em tempo real com o tempo superior de fechamento das publicações impressas que, bem ou mal, conseguiam informar todas as manhãs as notícias completas e com as novas plataformas digitais que poderiam atualizar as informações instantaneamente com a disponibilidade da multimídia.

O desafio do telejornalismo pode ser introduzido por Leal (2009) que retira dos próprios manuais de telejornalismo: levar o telespectador para dentro do acontecimento implica em mostrar os fatos do mundo. Neste caso, a sua marca distintiva é a de expor imagens, particularmente aquelas capturadas pelas câmeras. “A tevê certamente complexifica a visibilidade para além de um ato mecânico do olhar ou da “força das imagens” (LEAL, 2009, p. 129).

¹ Mestre em Jornalismo pelo PPGJOR, CCE-UFSC, e-mail: luis.gust.vrl@gmail.com.

Em torno disso, o artigo tem como objetivo refletir teoricamente a relevância do telejornalismo no debate público (Maia, 2009). Está estruturado metodologicamente a partir do levantamento de pesquisa bibliográfica consultada nas contribuições de Maria Helena Weber (2016), Hall et al (2016), Porcello e Gadret (2010) e Temer (2010). A discussão promovida pelos autores é capaz de apontar direções teóricas que aprimoram olhares sobre o estudo do telejornalismo.

A justificativa se dá na intenção de fugir dos lugares comuns e consensos, evitando as indicações normativas do dever ser do jornalismo, não apenas explorando, mas valorizando particularidades do objeto telejornalismo, olhando-o e entendendo-o com naturalidade, da forma mesma como se inscreve na realidade da prática jornalística, operando sistemas de sentido e linguagens visuais.

Sobre o objeto telejornalismo, é preciso considerar a afirmação de Temer (2010) de que a televisão é tida como objeto-fetiche dos brasileiros. Sejam em aparelhos enormes, que prometem as sensações do cinema, ou pequenos, do tamanho do celular, distribuídos pelo interior das residências, nas salas de TV e no quarto dos filhos, a televisão é sempre objeto de desejo dos consumidores. O brasileiro adora a televisão, ela é ponto focal da família, no qual veem as novelas, programas de auditório, *realitys-shows* e, é claro, o telejornal.

Para a autora, o jornalismo é um elemento de articulação entre o indivíduo e o coletivo, a humanidade e as suas necessidades para a sobrevivência, a ação humana e o seu significado social. Essa articulação é desenvolvida com o fornecimento de informações que permitam confiança e credibilidade para a consulta cidadã se instruir para decidir.

Estes elementos tornam o jornalismo como o conhecemos hoje um direito político resultante de uma conquista histórica. No entanto, ainda que a noção de serviço público seja o elemento definidor do próprio jornalismo, na sociedade industrial moderna ele é também um negócio. Jornalismo, portanto, é a informação transformada em mercadoria e em função disso categorizada, organizada, hierarquizada e trabalhada esteticamente a partir de uma relação que envolve dois elementos complementares: o interesse público e o interesse do público (TEMER, 2010, p. 103).

Esses princípios e conquistas decorridas de árduas resistências especificam aspectos funcionalistas, nos quais o jornalismo se fundamenta e por isso, também, desenvolvem o setor da dependência ou mesmo necessidade social da informação.

A noção funcionalista de jornalismo – a qual a profissão está vinculada – parte do princípio que a atividade deve integrar a sociedade em um corpo coletivo, denunciando falhas de conduta e instrumentalizando o indivíduo para o exercício da cidadania. Mesmo preso aos interesses de grupos com representatividades econômicas e políticas, inclusive o grande capital, jornalismo é a materialização da necessidade social de informação; atuando como mediador do espaço público e elemento essencial para narrar e entender o cotidiano (TEMER, 2010, p. 103 apud MARQUES DE MELO, 1991, p. 21).

O apelo visual da televisão permite ao telejornalismo explorar aspectos que emocionam o público e, por isso, usar dos efeitos que combinam para espetacularizar algumas produções que passam por temas de conflito, especialmente, de cunho social.

Nesse contexto, a objetividade deve ser entendida como elemento pelo o qual o jornalismo argumenta a favor da sua própria legitimidade, justifica suas limitações e, sobretudo, como retórica para conquistar o receptor ou, nos termos utilizados pela televisão, a audiência. Para atender ao receptor/consumidor, o telejornalismo segue em direção aos temas/assuntos que despertam a atenção do público, muitas vezes assumindo a posição de representante não eleito da população e proclamando na sua atuação a “defesa do interesse público. (TEMER, 2010, p. 104-5 apud MARCONDES FILHO, 2000, p. 44).

Para Temer (2010), trata-se, conseqüentemente, de construção que, ao mesmo tempo em que exige rotinas de produção, é também uma instituição social típica ou modelar das sociedades ocidentais contemporâneas. Um gênero televisivo que, ao mesmo tempo em que tem personalidade e função própria, se entrelaça com os demais gêneros televisivos em uma relação de mútua dependência e contaminação. A autora ainda observa, a partir de fundamentações teóricas que, quando falamos em telejornalismo temos uma dupla possibilidade de análise: o telejornalismo como gênero televisivo inserido em um conjunto da programação da televisão; ou o telejornalismo como uma extensão da categoria jornalismo, que abriga em seu interior diversos gêneros jornalísticos. Ou ainda, os diferentes conteúdos do jornalismo como gêneros do discurso e o telejornalismo como um gênero midiático.

Considera-se que essas são possibilidades e angulações a respeito do telejornalismo, visto que o telejornal está submetido ao jornalismo e suas práticas, e é uma linguagem ou formato televisivo, mas sobretudo, um produto telejornalístico. Não é o jornalismo na televisão, é uma outra estrutura e forma de jornalismo que se desenvolve e avança dentro das possibilidades técnicas da tevê.

Das percepções e sentidos produzidos pelo telejornalismo

No Brasil, o telejornalismo tem uma responsabilidade social e política imensa, já que o baixo acesso à educação formal e a tradição da cultura oral levaram uma relação extremada entre público e a televisão, o que levou o jornalismo à condição de uma importante – em alguns casos, a única – via de acesso às notícias para grande parte da população. De acordo com Temer (2010), no entanto, a visão estratégica do telejornalismo pelas emissoras de televisão brasileiras sobrepõe-se a uma visão social do jornalismo. O agendamento é prioritariamente definido pela televisão de sinal aberto, que atua como um espaço para novas formas de ação e interação no mundo social. “Mais do que trazer informações, o telejornalismo nacional é o local da participação simbólica do indivíduo na sociedade” (TEMER, 2010, p. 109).

Para entender melhor as características do telejornal, reproduzimos a explicação bem condensada de Temer (2010).

No decorrer do telejornal a informação flui em camadas sobrepostas, com a diluição da imagem na tela em diferentes elementos: a imagem principal, do fato ou do noticiário narrando o fato, e imagens secundárias – o texto-legenda da própria notícia, o crédito dos repórteres e dos entrevistados, as vinhetas e, em alguns casos, os efeitos especiais e chamadas de outros programas. Também o som é diluído, a narração se sobrepondo ao som de fundo, ao background sonoro que remete ao local de onde o fato aconteceu, e outras interferências sonoras eventuais. A soma das imagens/sons verdadeiros com produções no estúdio resulta em um processo em que, ao mesmo tempo que produz redundância na informação, rouba a concentração do receptor. (TEMER, 2010, p. 110).

Essa consideração é importante para ressaltar e questionar o domínio e o poder da televisão, principalmente do telejornal, sobre a população no sentido de informar, pois as técnicas visuais usadas para sensibilizar e comover o público podem não estar sendo atingidas da forma como se espera na ponta da audiência.

Além disso, o jornalismo é resultado de um trabalho fragmentado, com diferentes profissionais atuando de forma paralela e/ou em conjunto, quase sempre em ritmo de produção acelerado. Em função das próprias condições técnicas de produção, as imagens transmitidas pela televisão são uma reconstrução da realidade a partir de vários pontos de vista: do repórter, do cinegrafista, do editor e outros profissionais, cujas ações se consolidam em um processo de edição (ou montagem) que ao mesmo tempo em que reorganizam a informação para facilitar o entendimento do receptor, também procuram torna-la “mais interessante”, dramatizando a notícia (TEMER, 2010, p. 111).

A discussão sobre a percepção que permeia o artigo é fundamental para compreender que a composição da realidade recebe insumos do jornalismo através do discurso e das práticas sociais que integram o campo. Nessa perspectiva, o jornalismo passa a contribuir para a construção da realidade lançando possibilidades e percepções, ou seja, formas de sentir e entender (sentidos), por meio do discurso reproduzido de vivências e experiências de outrem na materialização dos fatos, sensações que se referem principalmente às discussões sobre estética.

Para Hall et al (2016), basta dizer que os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as “estórias” que são “noticiáveis” e quais não são.

Um acontecimento invulgar, inesperado e imprevisível só faz sentido se os jornalistas dispuserem de forma rotineira, prática ou experiencial de mapas culturais do mundo social que constituem o conteúdo básico do que é “noticiável” (Hall et al, 2016). Para a televisão e para o telejornalismo que se dirige ao público popular e de massa, essas formas de produção e mapas culturais são acionadas para atingir o maior público possível e não para fazer sentido a um número restrito de pessoas e, portanto, “reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado”” (HALL et al, 2016, p. 311).

Para Temer (2010), o telejornal transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas percepções sobre a realidade, gerando uma nova intimidade com pessoas e lugares antes distantes e desconhecidos.

O telejornalismo é uma forma diferenciada de ação e de interação no mundo social, pois determina os novos tipos de relações sociais e novas maneiras do indivíduo entender e relacionar-se com o mundo e com ele mesmo. Mais do que “ver” o mundo e ter informações sobre ele por meio da mídia, o receptor constrói parte da vida “emocional” por meio do que apreende desta mídia. Não raro o receptor/telespectador se emociona tanto com os dramas do telejornal, que apreende informações (nem sempre positivas) e vivências emocionais diversas (TEMER, 2010, p. 113).

Mesmo assim, a autora pondera que este conhecimento emocional é quase imperceptível, pois chega de forma rotineira: ver televisão é uma atividade do dia a dia, para a qual o receptor reserva pouca (ou nenhuma) análise crítica. É possível acrescentar que, mesmo fazendo essa análise ou mínimo questionamento a respeito das abordagens

jornalísticas empregadas, tais preocupações do cidadão não são assistidas pelos telejornais, pois ao passo que se configura como o local da participação simbólica do indivíduo na sociedade – impressão e/ou sensação falsa –, cada vez mais substituída pela sensação falsa de atuação social agora atribuída às mídias digitais, existe um hiato que separa fisicamente qualquer possibilidade desse palco de atuação social por parte dos indivíduos e/ou protagonismo social dado no telejornalismo.

Sobre essa sensação ou impressão que se deseja materializar, Temer (2010) contribui ao afirmar que o discurso verbal do telejornalismo é marcado pela preponderância da função fática, secundada pelas funções expressiva, conotativa e referencial (apud Jakobson, 1995). No lugar dessa participação social em torno do debate público, possibilidade ofertada pelo telejornalismo, existe, na verdade, a sensação dessa participação que figura como uma projeção da realidade.

Para Temer (2010), ao usar o artifício das emoções, os telejornais aproximam-se da ficção, tornam-se um espaço sincrético no qual a capacidade do público pensar ou “entender” é substituída pelo relacionamento afetivo. Ou o que podemos chamar também de identificação. Passando a ter espaço exclusivo no cômodo das casas, a televisão adequou os telejornais aos hábitos da audiência, sendo exibidos em horário nobre dos quais as famílias estão dispostas para ver as notícias, foi incorporado dentro das rotinas, apresentadores são acompanhantes diários que participam do cotidiano das pessoas e lhes são familiares.

É preciso, segundo Temer (2010), compreender o telejornal como meta-realidade, como uma construção discursiva que tem como referência direta o mundo natural e exterior ao da televisão. “Neste sentido, o telejornal usa as imagens para agregar autenticidade ao relato. Ou seja, ele constrói seu laço com a realidade e com a fidelidade aos fatos por meio das imagens: as imagens exibidas no telejornal reforçam a expectativa de objetividade e imparcialidade” (TEMER, 2010, p. 120-21 apud JENSEN, 1986).

O telejornalismo produz a sensação de participação que envolve a audiência em uma realidade televisionada, como se o controle do que acontece passasse pelo consentimento da sociedade. As pessoas se sentem informadas e sentem que podem decidir sobre as questões debatidas e visibilizadas quando tomam conhecimento e se posicionam a partir de fragmentos, pontos de vista e impressões lançados e selecionados no discurso jornalístico. Isto é, os insumos jornalísticos para a construção da realidade fazem com que se mobilizem atores e, a partir da própria comoção social, se tenha um

medidor das práticas sociais que serão acionadas para solucionar determinada proposição e pauta debatida nos veículos de comunicação.

Enquanto discurso, o telejornalismo não apenas faz parte da vida social como funciona como uma agenda coletiva que subdetermina outras esferas sociais, redefine espaços e recria a própria percepção do indivíduo em relação ao seu ambiente cultural. Neste diálogo “sem ouvidos” com a comunidade, os produtores de telejornalismo (que tendem a se considerarem atores principais na elaboração do telejornal) são, em uma análise mais abrangente, apenas mais um falante. (TEMER, 2010, p. 121).

O produto final do telejornalismo não expõe todas as fontes, locais de coleta e checagem das informações e dados para contar as histórias em forma de notícia. Visto que os personagens que aparecem com discurso direto ou indireto não são todos aqueles usados para elaborar a matéria.

Em muitos casos, questões básicas são levantadas e checadas pelo repórter mas assumem o discurso narrativo não sendo direcionado para ninguém ou apenas para alguma instituição que tem as ferramentas para disponibilizar tais informações como é a situação em casos de “segundo estudos do IBGE divulgados nessa manhã...”. Esse tipo de citação não determina exatamente as pessoas ou porta-vozes, mas indica os lugares de onde passaram a ser checadas as informações ou, pelo menos, de onde se originou a pauta.

O telejornal torna-se assim um emaranhado de diferentes construções: a construção (redação) do texto em si, a construção da imagem ou sequência de imagens e a própria construção da fala, na medida em que a “entonação” dada a cada matéria, a cada frase, oferece diferentes possibilidades de interpretação. As matérias jornalísticas apresentadas nos telejornais são uma parcela ou interpretação do real narrados sob o ponto de vista do enunciador/enunciadores. (TEMER, 2010, p. 118-20 apud Bourdieu, 1997, p. 29).

Para a autora, embora se apresente como uma “exposição da realidade” no lugar de instrumento de registro, o telejornalismo cria a sua realidade (telerrealidade). “Real e irreal, essa realidade simbólica interfere na realidade, no dia a dia dos indivíduos, que determinam suas ações pelo que “vê na televisão” (Temer, 2010, p. 114). E é neste ponto que se concentra a maior importância de se estudar o telejornalismo, pois ao mobilizar a sociedade tanto pelo que mostra como bem amarra Temer (2010), mas também pelo que não mostra, apresentam-se práticas sociais que, em certa medida, escapam ao controle dos demais campos imbuídos no debate público.

Poder, discurso e enquadramento telejornalístico

Sobre a intenção particular do artigo, Porcello e Gadret (2010) são essenciais para nutrir as discussões a respeito da tevê no Brasil, mas principalmente, sobre a influência política e o discurso de poder e provoca a pensar em que medida o discurso produzido no telejornalismo auxilia a formação da opinião pública.

Os autores defendem que as notícias veiculadas nos telejornais, que constroem enquadramentos sobre a realidade social através de recursos verbais e visuais, são resultado de uma disputa de forças entre jornalistas com seus códigos deontológicos, empresas de comunicação e suas estruturas organizacionais e, por fim, interação com outros campos, em especial, o campo político – todos imersos em uma cultura onde circulam e são reificadas ideologias dominantes.

Para eles, a redemocratização foi um período decisivo para o atual cenário da televisão brasileira, pois as alterações na Constituição não mudaram o modelo de concentração de propriedade dos grupos de mídia nas mãos de poucos grupos familiares.

A partir dos autores, é importante considerar a imagem pública a partir do entendimento de “um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam” (Gomes, 2004, p. 254 apud Porcello e Gadret, 2010, p. 218).

O discurso jornalístico será aquele único que não irá partir de um ator específico para expor os argumentos. Bem ou mal, o jornalismo é o único capaz de acionar os discursos envolvidos e promover o debate público dando visibilidade que outros discursos não proporcionariam. Ou seja, o jornalismo é a instância de visibilidade em que não há decisão fechada sobre quais fatos, sujeitos ou instituições serão expostos (WEBER, 2016; WEBER, 2009 apud PORCELLO; GADRET, 2010)

Assim, o telejornalismo é permanentemente visado pelo campo político apesar de o poder de governar ser atribuído ao último, não se pode negar que o jornalismo, ao construir sentidos sobre a realidade: interfere e influencia o ato de governar ao agendar temas, requerer providências, propor soluções, criticar atitudes, sugerir alternativas, produzir imagens públicas, engendrar climas sociais, enfim – e por tudo isso – afetar, no dia a dia, a governabilidade (Robim, 2000, p.75) (PORCELLO; GADRET, 2010, p. 220-21).

Essa exposição dos atores, no entanto, provoca uma mobilização e, por consequência, uma prática social resultante do debate. Sendo possível, portanto, uma decisão do governo ou de organizações para retratação e discussão com medidas efetivas

sobre o problema social. Nesse sentido, reforça-se que o jornalismo não tem o poder de decidir, mas de fiscalizar e cobrar ao passo que fornece insumos dessa realidade social para a população que opinará sobre os acontecimentos envolvendo a imagem pública exposta pela mídia.

No paradigma que vê a notícia como construção, as análises de enquadramento revisam os estudos sobre a influência da mídia, ultrapassando as fazes anteriores, e propondo que ela e os seus conteúdos noticiosos possuem não somente fortes efeitos, mas que estes são também limitados (Scheufele, 1999 apud Porcello e Gadret, 2010).

Apoia-se na defesa organizada por Porcello e Gadret (2010) de que é preciso considerar que se trata de um paradigma fraturado, pois aplica-se em perspectivas situacionais e também perpassa por diversos campos como o da própria ciência que aplica metodologias distintas e escolhe um corpus para ser analisado, enquadrando determinado objeto de estudos. No campo do jornalismo, no entanto, foi Todd Gitin (1980) que ofereceu uma definição mais clara e sistemática do conceito de *frame* aplicado ao jornalismo ao estudar a relação do movimento estudantil e os meios de comunicação, utilizando fundamentos em autores como Goffman, Tuchman e Stuart Hall (Gadret, 2010).

Frames midiáticos, em grande medida são mencionados e não reconhecidos, organizam o mundo tanto para os jornalistas que os relatam quanto para, e em um grau importante, para nós que contamos com seus relatos. Frames midiáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, no qual os manejadores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, tanto verbal quanto visual (PORCELLO e GADRET, 2010, p. 223 apud GITLIN, 1980, p. 7).

Ao recorrer a Eltman (1993), os autores reforçam que “enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torna-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover determinada definição de um problema” (ELTMAN, 2010, p. 52 apud PORCELLO e GADRET, 2010, p. 224).

A pauta já é enquadrada na prática do jornalismo. Mas a saliência é o reforço dado à informação, é o destaque e o realce a uma informação importante no texto.

As características do frame jornalístico, de acordo com Gamson (1992) apud Porcello e Gadret (2010), determinam o problema social a ser midiaticizado, o enquadramento determina quem é o agente causador deste e quais são os seus benefícios

e custos, medidos em termos de valores culturais compartilhados. Ao diagnosticar as causas, são apresentadas as forças que criaram esse problema. Existe também uma avaliação moral que é feita em cima dos agentes causadores do problema e dos efeitos que ele terá. Por fim, os enquadramentos oferecem possíveis resoluções ao problema, de acordo com os seus efeitos prováveis (Porcello e Gadret, 2010).

O problema social levantado pelo tema do rompimento das barragens que despejou rejeitos de mineração sobre Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, atingindo 30 municípios, é um forte acontecimento para ser midiaticizado e trazer os agentes envolvidos para o debate público assim como apontam Gamson (1992) apud Porcello e Gadret (2010). É significativo do ponto de vista que pesa em critérios de noticiabilidade que selecionam os fatos que envolvam grande número de atingidos, em proporções ou dimensões:

O enquadramento é formado através da escolha de determinados aspectos da realidade, o que também implica afirmar que os frames também afastam as atenções de outros aspectos. Ou seja, os elementos que são omitidos na formação do enquadramento são tão relevantes quanto aqueles que são incluídos (Porcello e Gadret, 2010, p. 225).

Assim como sugerem os autores, a pesquisa também se preocupa com aspectos do telejornalismo e como esse enquadramento pode ser notado nessa mídia televisiva, uma vez que também se considera que em uma análise de enquadramentos deve-se observar a entrada de determinado tema na escalada, sua colocação no espelho, o uso de imagens repetidas no selo ou no VT em diferentes edições (Porcello e Gadret, 2010).

A posição do telejornalismo e a forma como, especificamente no Brasil, a tevê aciona a comoção da audiência por sua penetração em muitos públicos, mesmo que em decadência comparado aos últimos anos, torna-a estreitamente relacionada ao poder, mesmo que o jornalismo, por função deontológica devesse agir pelos mais vulneráveis. Essa condição midiática é estritamente intrínseca ao poder, uma vez que, não raro, a linguagem é vinculada ao poder.

A partir da provocação do jornalista Robert Fisk, correspondente do Oriente Médio do jornal The Independent “não existe batalha entre o poder e a mídia. Através da linguagem nós nos tornamos eles”. Neste contexto, a relação entre poder e mídia diz respeito a palavras – é sobre o uso das palavras. É sobre semântica. É sobre o emprego de frases e suas origens. Mais e mais, hoje em dia, nós jornalistas nos tornamos prisioneiros da linguagem do poder. Isso acontece porque não nos preocupamos com a linguística? É porque os laptops “corrigem” nossa ortografia? Ou é sobre o mau uso da História e sobre nossa ignorância da História? (PORCELLO e GADRET, 2010, p. 228-9).

Não existe uma linguagem suficiente para expressar as sensações, as ideias ou os sentimentos, no entanto, é no processo linguístico que ocorre a organização do pensamento (Gomes, 2009). Como aponta Santaella (2001) sobre as linguagens textuais, sonoras e visuais que ajudam a organizar o pensamento transformando-se em uma linguagem híbrida ao se misturarem. A mente humana sempre foi híbrida, tendo uma tendência para misturar as linguagens. Segundo a autora, os meios estão possibilitando dar expressão a essa natureza híbrida da mente humana. A televisão é um meio que sempre experimentou essa hibridização e o telejornalismo, por consequência, explora essas possibilidades textuais quando insere a narração ou trechos no vídeo de forma literal ou combina infográficos para auxiliar a narração do repórter, e as imagens propriamente registrando os acontecimentos e sendo usadas não como ilustração, mas fragmentos da realidade que recebe determinado enquadramento ou angulação.

Considerações finais

A discussão sobre o campo simbólico da televisão e especificamente do telejornal é fragmento da pesquisa de mestrado sobre a atuação telejornalística na cobertura do rompimento da barragem de minérios em Mariana (MG, novembro de 2015) em relação ao comportamento discursivo dos atores envolvidos, realizada no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina e defendida em 2018. A exposição de acontecimentos dessa dimensão ganha papel central e atenção dos principais veículos telejornalísticos.

Na posição de narrar acontecimentos inflamáveis, o repórter, assim como a equipe de produção, se expõe ao participar das coberturas, apurações e checagens trazendo um discurso e um lugar de fala a partir de percepções particulares que o alinharão a desenvolver um discurso sobre o acontecimento. A experiência do repórter muitas vezes não é identificada nas matérias, mas pode ser recontada a partir de testemunhas que presenciaram o fato. No entanto, em uma cobertura maior quando o acontecimento está em desdobramento, a experiência, a sensibilidade e as percepções narradas para o discurso jornalístico se abastecem dessa inscrição do repórter na realidade do fato.

Quando se observa um acontecimento sendo recontado pelo jornalismo, é natural que se considere a dimensão real do fato no sentido da sua consequência social e também

a dimensão midiática que o retratou. A exposição em telejornais pode alterar essa percepção e aumentar ou diminuir a gravidade de um acontecimento a partir do discurso que foi dedicado para a exposição. Essa possibilidade de ampliação ou desfiguração pela exploração jornalística do fato deve ser considerada para avaliar se o acontecimento midiático foi proporcional ao acontecimento social.

Tentou-se despir o telejornalismo de uma maneira que sobressaíssem suas características fora do ciclo normativo, mas incluindo posições crítico-reflexivas capazes de problematizar a estrutura telejornalística que se apresenta especialmente na sociedade brasileira. O artigo não tem por êxito esgotar a discussão, mas revisar conceitos e teorias que considerem os aspectos da prática telejornalística.

Por fim, pode-se que inferir que a escolha do enquadramento e a seleção do que será ou não notícia garantem um poder simbólico aos telejornais que operam níveis de cognição complexos em relação a exposição da realidade. A prática jornalística é decisiva do ponto de vista da construção e manutenção de mapas culturais da sociedade e é estruturada de tal forma no telejornalismo que dificilmente são visíveis como construções ideológicas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: os mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.
Obs.: verificar outros exemplos na norma da ABNT 6023.

LEAL, Bruno Souza; VALLE, Flávio Pinto. **Informação e imagem no telejornal: reflexões sobre um regime visibilidade**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.32, n.1, p. 129-145, jan./jun. 2009.

MAIA, Rousiley C. M. **Atores da sociedade civil e ação coletiva: Relações com a comunicação de massa**. In: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 87-118, 2009.

PORCELLO, Flávio; GADRET, Débora Lapa. A TV no Brasil: influência política e o discurso de poder. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (orgs.). **Comunicação pública e política**. Florianópolis: Insular, 2017.